

PARECER N.º 8/CITE/99

Assunto: Violação da legislação sobre maternidade na distribuição de lucros aos/às trabalhadores/as dos ... - ..., S.A.

Processo n.º 14/98

1. OBJECTO

- 1.1. Em 15.04.98, a CITE tomou conhecimento através de uma notícia publicada no jornal "...", da responsabilidade do Secretariado Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos ... e ... (...), que a Lei da Protecção da Maternidade e da Paternidade podia estar a ser violada nos ... - , S.A.
- 1.2. Em 17.04.98, a CITE enviou um ofício àquele Sindicato, solicitando informação detalhada acerca da mencionada notícia.
- 1.3. Em 21.05.98, a CITE recebeu um ofício e vários documentos do ..., em que este esclarece que "tentou sensibilizar a opinião pública, fazendo a denúncia sobre o critério da divisão de lucros da Empresa ..., S.A. que penalizou todos os trabalhadores que usaram as faltas justificadas previstas no acordo de empresa".
- 1.4. Em 25.05.98, a CITE acusou a recepção daquele ofício e solicitou ao ... "informação sobre o número de trabalhadoras que, no gozo de licença de maternidade ou no exercício do seu direito a faltar para consultas pré-natais ou para amamentar ou de outros direitos relativos à protecção da maternidade, foram prejudicadas ou excluídas da distribuição dos lucros supramencionados".
- 1.5. Entretanto, em 24.06.98, a CITE recebeu do ... dos ... das ... e ... (...) um ofício, em que este Sindicato põe em causa a actuação da Administração dos ... - ..., S.A. em virtude de "numa das suas deliberações não estar a proceder correctamente de acordo com a Lei no que diz respeito ao procedimento dado às trabalhadoras com direito a licença e dispensa para amamentação".
 - 1.5.1. Acrescenta o Sindicato que "A Assembleia Geral dos Accionistas dos ... - ..., S.A. decidiu atribuir parte dos resultados do exercício de 1997, distribuição de lucros, pelos trabalhadores da Empresa deliberando cometer ao Conselho de Administração a definição dos critérios de atribuição, ...". "A nossa chamada de atenção prende-se com a situação de licença de maternidade e paternidade na qual a Empresa só considera parte do que a Lei estabelece, neste caso presente".
 - 1.5.2. "Entende o Secretariado Nacional do ... que a Administração dos ... - ..., S.A. está a violar a Lei no que consagra aos direitos da Mulher na protecção da maternidade, entendendo como absentismo e incluindo, também como absentismo, as horas de dispensas para amamentação consagradas na Lei n.º 4/84 no artigo n.º 12 pontos 2 e 3".
- 1.6. Em 10.07.98, a CITE acusou a recepção do referido ofício e solicitou ao ... a mencionada deliberação da Assembleia Geral de Accionistas, bem como os citados critérios do Conselho de Administração.
- 1.7. Em 22.07.98, a CITE recebeu daquele Sindicato a circular n.º 20, de 27.03.98, do Gabinete de Comunicação Interna dos ... sob o título "APROVADO O RELATÓRIO E CONTAS DE 1987 E A PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS TRABALHADORES" que acrescenta que "apesar de já termos pedido à DRH - Direcção dos Recursos Humanos o documento oficial sobre os critérios, até à data, não nos enviaram alegando que não existe qualquer documento que seja do conhecimento da DRH".
- 1.8. Em 13.08.98, a CITE enviou um ofício ao Presidente do Conselho de Administração dos ... - ..., S.A. informando quais os normativos que podem fundamentar a queixa do Sindicato e solicitando que se pronuncie sobre a matéria.
- 1.9. Entretanto, em 24.08.98, a CITE recebeu um ofício do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos ... e ... (...), participando "a forma injusta e discriminatória" como foi feita a distribuição dos lucros aos trabalhadores dos ..., que "não penalizou apenas as trabalhadoras que utilizaram a licença de maternidade", mas "todos os trabalhadores que tenham faltado mais do que dois dias ao serviço, independentemente, das razões justificadas e aceites, dessas mesmas faltas".
- 1.10. Este Sindicato solicitou a marcação de uma reunião, que teve lugar na CITE, em 08.09.98.
- 1.11. Em 11.09.98, a CITE enviou ao Presidente do Conselho de Administração dos ... novo ofício, dando

conhecimento da queixa apresentada e da reunião havida com o ... por sua solicitação, relativa à mencionada distribuição de resultados na empresa e da preocupação deste Sindicato, “pelo facto de terem sido as mulheres trabalhadoras as mais prejudicadas com os critérios utilizados na mencionada distribuição de resultados”.

- 1.12. Em 04.12.98, a CITE informou o ... das diligências efectuadas junto do Conselho de Administração dos ..., no sentido de obter uma resposta sobre esta matéria.
- 1.13. Efectivamente, em 29.12.98, a CITE recebeu a resposta do Presidente do Conselho de Administração dos ..., que nega a existência de “qualquer violação da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril”, confirmando, no entanto, o que referem os Sindicatos de que “a deliberação de 27 de Março de 1998 da Assembleia Geral dos ... pretendeu contemplar apenas os trabalhadores que, no ano anterior, se ausentaram do serviço, independentemente do motivo, até ao limite de dois dias”.
- 1.14. Refere ainda o Presidente do Conselho de Administração dos ... que este Conselho considerou que a distribuição de lucros “deveria aplicar-se aos trabalhadores que, durante o ano de 1997, tivessem tido uma assiduidade total ou quase total.

Para esse efeito, foram consideradas relevantes todas as ausências dos trabalhadores no tempo e local de trabalho com excepção, obviamente, das que ocorressem pelos seguintes motivos:

- prestação efectiva de serviço noutra local de trabalho (deslocação em serviço);
- formação por determinação da empresa;
- férias.

Consequentemente, só seria abrangida pela medida proposta quem tivesse prestado serviço efectivo (com o limite de duas ausências)”.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. Detendo-nos apenas nas licenças, faltas e dispensas previstas na Lei da protecção da maternidade e da paternidade:

- 2.1.1. Estabelece o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 17/95, de 9 de Junho, e 18/98, de 28 de Abril, que “as licenças, faltas e dispensas previstas no artigo 9.º, nos n.ºs 2 a 4 do artigo 10.º, nos artigos 11.º e 13.º, na alínea c) do n.º 4 do artigo 16.º e no n.º 3 do artigo 17.º não determinam perda de quaisquer direitos e são consideradas, para todos os efeitos legais, salvo quanto à retribuição, como prestação efectiva de serviço ...”.

- 2.1.1.1. Ora, o artigo 9.º diz respeito à licença por maternidade, os n.ºs 2 a 4 do artigo 10.º referem-se à licença por paternidade, o artigo 11.º consigna a licença por adopção, o artigo 13.º estabelece o direito a faltar para assistência a menores doentes, a alínea c) do n.º 4 do artigo 16.º consagra o direito das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes a serem dispensadas do trabalho durante o período necessário para evitar a exposição aos riscos se outras medidas não puderem ser adoptadas pelo empregador, o n.º 3 do artigo 17.º confere à trabalhadora o direito a ser dispensada do trabalho, sempre que não seja possível dispensá-la do trabalho nocturno durante um período de 112 dias antes e depois do parto, durante o restante período da gravidez, se for apresentado certificado médico que ateste que tal é necessário para a sua saúde ou para a do nascituro e durante todo o tempo que durar a amamentação, se for apresentado certificado médico que ateste que tal é necessário para a sua saúde ou para a da criança”.

- 2.1.2. E o n.º 3 do citado artigo 18.º da Lei n.º 4/84 refere que “as dispensas previstas no artigo 12.º não determinam perda de quaisquer direitos e são consideradas para todos os efeitos legais, como prestação efectiva de serviço”.

- 2.1.2.1. O artigo 12.º confere às trabalhadoras grávidas o direito a dispensa de trabalho para se deslocarem a consultas pré-natais pelo tempo e número de vezes considerados necessários e justificados e àquelas que amamentam o filho o direito a ser dispensadas em cada dia de trabalho por dois períodos distintos de duração máxima de uma hora para o cumprimento

dessa missão enquanto durar e até o filho perfazer um ano.

- 2.1.3. Resta-nos definir retribuição para concluirmos se a distribuição de lucros “sub judice” se pode enquadrar nesse conceito.
 - 2.1.3.1. Assim, segundo o artigo 82.º da LCT “só se considera retribuição aquilo a que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito como contrapartida do seu trabalho. A retribuição compreende a remuneração de base e todas as outras prestações regulares e periódicas feitas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie. Até prova em contrário, presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação da entidade patronal ao trabalhador”.
- 2.1.4. Ora, a distribuição de resultados atribuída apenas aos trabalhadores que no ano de 1997 tivessem faltado no máximo de dois dias, não tem qualquer carácter de prestação regular e periódica, pelo que não se pode englobar no conceito de retribuição, até porque pela sua natureza excepcional não é objecto de descontos para a Segurança Social.
- 2.1.5. Assim, as licenças, faltas e dispensas a que alude o citado artigo 18.º n.ºs 1 e 3 da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, não determinam perda de quaisquer direitos e são consideradas, para todos os efeitos legais, como prestação efectiva de serviço
- 2.1.6. Por consequência, as mencionadas licenças, faltas e dispensas não podem ser consideradas ausências relevantes para efeitos da distribuição de resultados, não podendo a Administração dos ... excluir do número de beneficiários dos lucros da empresa, as trabalhadoras e os trabalhadores que tivessem usufruído as aludidas licenças faltas e dispensas, exclusivamente pelos motivos constantes das normas invocadas no ponto anterior.
- 2.1.7. Neste sentido, convém ainda realçar o artigo 68.º da Constituição da República Portuguesa sobre a Paternidade e a Maternidade que, no seu n.º 2, refere que “a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.”

3. CONCLUSÕES

- 3.1. As trabalhadoras e os trabalhadores dos ..., que gozaram das licenças, faltas e dispensas previstas nos n.ºs 1 e 3 do artigo 18.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, não podem ser apenas por este motivo excluídos da distribuição dos lucros deliberada, em 27.03.1998, pela Assembleia Geral dos ...
- 3.2. Em face do exposto, a CITE recomenda à Administração dos ..., S.A. que promova o devido ressarcimento às trabalhadoras e aos trabalhadores que não foram incluídos na distribuição de resultados, exclusivamente por terem gozado das licenças, faltas e dispensas previstas no artigo 18.º n.ºs 1 e 3 da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 10 DE MAIO DE 1999